

Impugnação e Pedido de Esclarecimento - PE 90024/2025

De LICITAÇÃO <licitacao@westmaq.com>  
Data Sex, 2025-12-19 09:07  
Para LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>  
Cc LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

1 anexo (394 KB)  
ASSINATURA.png;

**CUIDADO:** E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: etir@agro.gov.br.

Bom Dia,

Solicitamos esclarecimentos e impugnação quanto as seguintes exigências do Pregão Eletrônico 90010/2025.

**4.3. Para fins de comprovação de práticas de sustentabilidade, na fase de habilitação o licitante vencedor apresentará:**  
**4.3.2. Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.**

**QUESTIONAMENTO:** Está sendo solicitado o Comprovante de Registro do Fabricante, no caso, os fabricantes/marcas que não possuem CNPJ inscritos no Brasil, mas possuem máquinas comercializadas no território nacional, que o modelo do equipamento possua LCVM emitido pelo IBAMA após análise dos ensaios específicos relacionados ao controle de emissões e ruídos.

Estes fabricantes possuem importadores parceiros, por isso correto é exigir o documento da licitante que representa e fornece os equipamentos de determinada m

Ao tratar da obrigatoriedade da apresentação do Comprovante de Registro do Fabricante não suporta a possibilidade de o importador fornecer o Comprovante de Registro, bem como o Certificado de Regularidade válido, mas apenas o fabricante.

Além disso, existem empresas que lidam exclusivamente com produtos importados, ou seja, não possuem fabricante no território brasileiro. Dessa forma, não há como exigir dessas empresas Certificado IBAMA em favor do fabricante, pois se trata de pessoa jurídica localizada em outro país e o referido Certificado somente é emitido para empresas fabricantes situadas no Brasil.

O IBAMA possui competência para atuar apenas em território nacional, logo não teria competência para certificar a regularidade de empresas situadas fora do Brasil, e complementa afirmando que a administração pública não estaria autorizada a exigir outros documentos senão aqueles previstos na Lei.

Solicitamos retificação para que seja alterado Comprovante de Registro/Certificado de Regularidade válido **do fabricante ou do importador**, pois o Certificado CTF/APP - IBAMA somente pode ser emitido para empresas fabricantes situadas no Brasil, uma questão é comprovar que a empresa participante possua Comprovante de Registro/Certificado de Regularidade ou coisa é trata-se do equipamento ofertado, onde é concedido a LCVM.

**Qualificação Técnica**

9.30. O fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entre dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.

PERGUNTA: A comprovação técnica será será julgada de forma não cumulativa ? Ou seja, caso a licitante ganhe dois ou três lotes, o quantitativo será analisado de forma isolada ?  
PERGUNTA: Caso a licitante precise comprovar aptidão técnica de 100 unidades em um lotes dos tratores, poderá apresentar por exemplo somatório de atestado sendo 95% ( 95 unidades ) de tratores e 5% ( 5 unidades ) de linha amarela, será aceito conforme exemplo citado ?

**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única, podendo ser prorrogada em mais 45 (quarenta e cinco) dias, mediante justificativa fundamentada e aprovada pela comissão de recebimento.  
5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

O prazo de 45 dias é inexecuível, apesar do edital informar que poderá ser solicitado a prorrogação em mais 45 dias, o que complica é o item 5.2, pois, quando o licitante vencedor receber a ordem de compra, terá apenas 15 dias para solicitar a prorrogação contados do prazo total da entrega, sendo que o liciante nos outros 30 dias poderá ter contratemos como burocracia aduaneira, inspeções, entre outras, o que ocasionará não chegar as máquinas de reposição em tempo hábil e a licitante ter o pedido reprovado, pois não pediu com 30 dias de antecedência.

Solicitamos retificação do prazo de entrega para o mínimo de 120 dias, vejamos prazos em processos licitatórios de entes federais, com altas demandas de maquinários e tratores compatível ao objetos desta licitação PE 90024/2025.

**1 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR - EDITAL PE 90010/2025**

**Condições de Entrega**  
5.2. O prazo de entrega dos bens é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da emissão de cada Ordem de Fornecimento, conforme a necessidade da Administração, devendo a entrega ser realizada no endereço disponibilizado na respectiva Ordem.

**2 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME - EDITAL PE 90014/2025**

**CONDIÇÕES DE ENTREGA**  
5.1 O prazo de entrega dos bens é de até 120 dias (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.  
5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 3 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - EDITAL PE 90039/2025

#### Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de **120 (cento e vinte) dias**, contados do(a) emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **60 (sessenta) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 4 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF - EDITAL PE 90041/2025

#### 11. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo para execução do objeto do TR para o fornecimento de máquinas da linha amarela, caminhões, tratores e implementos agrícolas deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, da seguinte forma:

11.1.1. **Primeira Parcela:** 30% da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverá ser entregue no prazo de até 120 dias;

11.1.2. **Segunda Parcela:** Os 70% restantes da quantidade total da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues no prazo de ATÉ 180 dias, totalizando, ao final desse período, 100% da quantidade total da Ordem de Fornecimento.

Inclusive vários editais constantes como referência de preços para este pregão, possuem validades superiores a 90 dias.

5.8. As fontes de pesquisas utilizadas para compor os valores estimados por região são as descritas abaixo, com a utilização da média ou da mediana dos valores obtidos para a região, de acordo com o coeficiente de variação dos dados, na forma dos normativos legais vigentes:

- Ata de Registro de Preços 06/2024/SEAF/MT - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - Pregão 005/2024;
- Atas de Registro de Preços do Departamento Nacional de Obras contra Seca - CE - Pregão 90005/2025;
- Pregão 007/2025 - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional SC;
- Consórcio Caminhos do Tibagi - PR - Pregão 02/2025 - Ata de Registro de Preços 05/2025;
- Município de Iguape - SP - Pregão 026/2025;
- Município de Presidente Médici - RO - Pregão 090/2025;
- Núcleo de Gerenciamento do Pará - Pregão 90003/2025-NGPR;
- Município de Silves - AM - Pregão 033/2025;
- Município de Itamarati - AM - Pregão 005/2025;
- Secretaria de Estado de Administração do Acre - Pregão 90462/2025;
- Município de Monte Horebe - PB - Pregão 022/2025;
- Município de Dom Inocêncio - PI - Pregão 017/2025;
- Município de Santo Amaro das Brotas - SE - Pregão 12/2025;
- Município de Itapajé - CE - Pregão 2025.05.30.01;
- CODEVASF (CIA DE DESENV. DO VALE DO SÃO FRANCISCO-DF): PE 90016/2025, PE 90017/2025, PE 90018/2024, PE 90023/2025, PE 90037/2024;
- MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária: PE 90010/2024;
- Pregão 48/2024 (Edital nº 1455/2024) - Município de Costa Rica/MS;
- Pregão Eletrônico N°0031/2024 Florianópolis/SC;
- Pregão 89/2025 (Edital nº 120/2025) - Prefeitura Municipal de Birigui/SP;
- Pregão 48/2025 (Edital nº 61/2025) - Prefeitura Municipal de Piracaiá/SP;
- Edital nº PE 65/2025 - Prefeitura Municipal de Faxinal-PR;
- Pregão 79/2025 - Prefeitura Municipal de Piratini/RS;
- Edital nº PE 36/2025 - Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS

A magnitude deste edital exige um cuidado e uma interpretação adequada da matriz de risco positivada no art.103, § 1o da lei 14.133/21. A qual contempla os riscos ordinários e extraordinários em vistas das circunstâncias de ambas as partes.

Art. 103. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados. § 1o A alocação de riscos de que trata o caput deste artigo considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.

Sendo este prazo é claramente insuficiente e acabará gerando um obstáculo para a garantia de execução, sem considerar o mercado de fornecimento de tratores e maquinários de construção pesada.

No âmbito da legislação infraconstitucional, a Lei Federal nº: 14.133/2021 dispõe:

Art. 9o É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

(Original sem grifos)

Diante de tamanha dimensão do processo licitatório, o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para entrega, além de RESTRINGIR a competição do mercado internacional, beneficia diretamente a fabricação de empresas no Brasil, direcionando assim para máquinas de Fabricação Nacional, pois contraria o princípio da igualdade e da competitividade.

Para fundamentar essa posição, é imperativo considerar o complexo processo de importação pelo qual passam empresas que fornecem maquinário pesado, um procedimento que normalmente se estende por um período de 100 a 120 dias. Este processo engloba diversas fases críticas, incluindo:

- A solicitação inicial ao fabricante;
- O período de produção, que está sujeito a variações conforme a demanda, capacidade fabril e especificidades do equipamento;
- O embarque e o transporte marítimo;
- O desembaraço aduaneiro e nacionalização das máquinas;
- A montagem de componentes e realização de testes, essenciais para garantir a conformidade e segurança do equipamento; e

→ O transporte interno até o destino final.

Nessa mesma linha, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU pacificou o entendimento de que o prazo de entrega para aquisição de bens deve ser compatível com a natureza do objeto licitado e com as práticas de mercado.

**DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇO. MENOR PREÇO POR ITEM. AQUISIÇÃO DE PNEUS. SEPARAÇÃO DE ITENS POR LOTES DE PRODUTOS NACIONAIS E IMPORTADOS.**

**INDETERMINAÇÃO NA DEFINIÇÃO DO OBJETO. PRAZO EXÍGUO PARA A ENTREGA. LIMITAÇÃO À COMPETITIVIDADE E À ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÕES. ARQUIVAMENTO.**

1. O tratamento uniforme entre empresas e/ou produtos nacionais e estrangeiros é garantia constitucional, incidindo ao caso o princípio da isonomia em sua integralidade, donde, não se admite que alguma empresa estrangeira deixe de vencer um certame simplesmente por ser estrangeira.

2. Julga-se parcialmente procedente a Denúncia, posto que apresenta a falta de definição correta e clara do objeto da licitação e ofende, sobremaneira, o princípio fundamental da licitação, que é o do julgamento objetivo.

3. O prazo de entrega não pode comprometer o caráter competitivo do certame, pois, o prazo exíguo, indiretamente impõe uma limitação geográfica à localização das licitantes, restringindo o universo de participantes do certame.

(TCE-MG - Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 24/05/2018, Data de Publicação: 08/06/2018)

Conforme demonstramos, diversos pregões federais possuem prazos de entregas acima de 120 dias, outra fator a considerar é que os participantes das referidas licitações, são licitantes em comum que acabam ganhando pelo menos um item em cada licitação, o que nem estas empresas conseguirão atender todos os órgãos diante de tamanhas demandas.

Pedimos que seja realizado julgamento da presente impugnação e demais esclarecimentos, com efeito de retificar o edital pelas razões expostas na presente manifestação, no que tange às exigências expostas, para o fim de ser possibilitada a participação de mais empresas, consoante com as considerações acima deduzidas, portando, requeremos encarecidamente a retificação do prazo de entrega para o mínimo de 120 dias.

Por favor, confirme o recebimento.

At,

**Rener Vinhal Jr.**

LICITAÇÃO

📞 65 99223-8196

✉ [licitacao@westmaq.com](mailto:licitacao@westmaq.com)

**Lonking**

**WESTMAQ**

🌐 [westmaq.com](http://westmaq.com) 📧 [@westmaq](mailto:westmaq) 📍 Av. Ayrton Senna, 455, Distrito Industrial, Cuiabá - MT.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações contidas ou tomar qualquer ação baseada no seu conteúdo, devendo informar ao remetente e eliminar a mensagem definitivamente do seu sistema.